

O humanismo e seu avesso, a coisificação

Cândido Alberto da Costa Gomes ^a 

[...] [*À*] *force de dégoût*
Et de détresse
.....
elle avait peur de se sentir
devenir
elle aussi
une abominable
*grande personne*¹ (Drouet, 1956, p. 24-25).

Desde a pré-História, antes mesmo de lidar com as pedras e elaborar instrumentos que facilitassem o trabalho, o *Homo sapiens* criou cultura, intervindo na natureza. Assim, criou, no fluir do tempo, sucessivas fontes de energia, tomadas como balizamento das Revoluções Industriais. Os admiráveis mundos novos basearam-se na utilização do trabalho humano e das tecnologias. Antes da indústria, cumpre lembrar a diáspora africana, baseada na concepção racista de seres humanos “inferiores” ou sequer seres humanos. Com isso, milhões de africanas(os) foram transportados para diversos continentes e sujeitas(os) à exploração do trabalho escravo. Eram como máquinas de baixo custo, cujos esforços físicos substituíam ou complementavam as máquinas rudimentares de então. Ao lado deles, se procedeu à desculturação dos povos originários também para tornar dócil a mão de obra. Depois, já na Revolução Industrial, o saintsimonismo (Musso, 2019) glorificou o gênio de quem moldou os seres humanos para se adaptarem ao ritmo das máquinas, a fim de aumentar a produtividade. O mesmo conceito de produtividade subalterniza o trabalho das mulheres, reduz os seus salários, como um “imposto” à maternidade e à criação das(os) filhas(os), e também desvaloriza o trabalho nos setores sociais, por não ser “diretamente produtivo”, ou seja, ele cuida de pessoas. Portanto, somos descendentes do homem como coisa, como objeto, desde a colonização, processo necessariamente violento (Gomes, Cardoso,

^a Instituto Europeu de Estudos Superiores, Fafe, Portugal.

¹ Tradução livre: “... Por força de desgosto / e de angústia, / ela [a poetisa] se sentia / ela tinha medo de se tornar / também ela / uma abominável pessoa adulta”.

2024). Isto se é que não continuamos todas(os) coisificadas(os) pela economia e sociedade, enquanto o tráfico humano continua a grassar no mundo de hoje. A condição de pessoas objetos prospera segundo as leis do mercado, que requerem “liberdade” para quem as aplica, não para quem as sofre. São máquinas de moer gente, conforme Darcy Ribeiro (1995).

A coisificação continua a destruir vidas humanas, mas não só. A destruição abrange a natureza – e não é de hoje. Como as mineradoras no Hemisfério Sul e alhures, já no século XV a Ilha da Madeira, cujo nome aludia às suas florestas, foi devastada para a plantação de cana-de-açúcar. Feita a destruição, a economia açucareira migrou para outros lugares (Monbiot, Hutchinson, 2024).

Em meio a esta sucessão de contradições, ainda nos arriscamos a desenvolver de tal modo a inteligência artificial que até nos arriscamos a ser escravos dela. Objeto, mercadoria contrastam com sujeito, vivente e autônomo. Imposição, reprodução, são o oposto de diálogo, compreensão, subjetividade, autonomia. Assim aprendemos de Paulo Freire (2019) na “Pedagogia do oprimido”. Para nos indignarmos com a sociedade e a Educação, precisamos ter a capacidade de dar voz às pessoas, de estimular a sua autonomia e incentivar as suas condições de sujeitos.

Por que este tecido de breves reflexões sobre as pessoas e as coisas? Porque este número da “Ensaio” tem como principal tônica as desigualdades e democratização educacional. Os ângulos das visões, as linhas teóricas e metodológicas variam, como é tradição da Revista, em favor da riqueza da pluralidade. Este fascículo trata de estudantes como mercadorias, da Educação em face das complexas diferenças culturais, da avaliação como forma de promover (ou limitar) o sucesso escolar, de muros do acesso ao Ensino Médio, de modalidades de Educação cujas limitações precisam ser superadas para garantir o êxito, de casos de vitória sobre os múltiplos impedimentos socioeducacionais e tantos outros assuntos. Neste conjunto se discute inclusive um novo tema: o aperfeiçoamento de pessoas internamente deslocadas, como resultado da guerra, ora na Ucrânia. Convidamos, portanto, as(os) leitoras(es) a se aprofundarem nestas visões do Brasil e de três continentes.

Assim, começamos com “O fetichismo do estágio não obrigatório na formação de professores...”, por Sandra Demschinki e Simone Flach. A(o) futura(o) professor(a) é concebida(o) como mercadoria. Sabendo nós que, na estratificação das carreiras de nível superior, a Educação se insere num dos últimos senão no último degrau, assim se constrói o círculo vicioso de Educação pobre para os pobres.

Todavia, as desigualdades não ficam por aí: com a ampliação do acesso à Educação Superior, apesar dos pesares, lá chegam os povos originários e as conversas interculturais. Porém, não pode ser a escolaridade “padrão”, e, sim, na relação Educação e vida, precisa considerar as realidades nas quais é ministrada. É o caso do Chile em “Ensino Superior: desafios da docência em contextos indígenas e interculturais”, de Katerin Ortega, Julián Samacá e Loreto Riquelme.

Outra face relativa ao in/sucesso escolar é o trabalho de Jucileia de Oliveira e Danilo da Silva sobre as “Políticas de avaliação do Ensino Fundamental do Município de Cuiabá/MT”. Que seria melhor, uma avaliação por espasmos ou soluções, baseada em exames, ou uma avaliação contínua, como prescrito pela LDB?

Singramos, então, para outro problema grave – e não só do Brasil –, o analfabetismo funcional, que já alcança a Educação Superior. Telma Ressineti e Aurea Costa efetuam a “Análise das matrizes do Inaf (indicador de alfabetismo funcional) e da Prova Brasil: um olhar a partir do alfabetismo funcional”. Apesar de ser informação anedótica, ainda recentemente uma profissional nos contou que, ao ingressar na Educação Superior, sentiu que até passaria nas provas, mas pouco aprenderia (nossos termômetros estão quebrados?). Por conta própria, ela elevou ao máximo o seu nível de leitura, lendo trechos cada vez mais longos e complexos de livros, memorizando e analisando.

Os casos de sucesso são também preciosos. Estudantes menos privilegiados socialmente, de origens rurais, conseguem avançar até ao doutoramento se uma orquestra de fatores os favorece. Detectar os instrumentos desta orquestra e a sua interação foi o objetivo de “Quando o sonho se constrói na estrada: estudantes cotistas de pequenos distritos que chegaram ao doutorado”, de Luana Gonçalves, Marilza Pena e Rosa Coutrim.

Quanto ao Ensino Médio, sabemos pela literatura dos velhos desníveis de acesso, qualidade e igualdade entre áreas urbanas e rurais. Pois bem, este é o foco de “Desigualdade socioespacial de acesso e conclusão do Ensino Médio e a oferta de programas alternativos entre 2000 e 2020”. Num Estado maior que muitos países, como o Pará, Felipe Passos e Eduardo Giroto levaram a tarefa à frente.

A Educação à Distância (EaD) foi sonhada no Brasil como forma de democratização educacional e assim se inseriu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (é preciso ter horizontes de utopia, mesmo que a realidade se afaste). Lamentavelmente, ao se expandir, precarizou-se expressivamente, oferecendo

Educação de modesta qualidade para a população menos aquinhoadá, em mais um círculo vicioso. Sabemos desde as experiências pioneiras que é preciso catalisar muitos esforços para manter as(os) estudantes até a conclusão dos seus estudos. Rafael Assis, Fernando Pimentel, Alan da Silva e Luís Mercado concentraram-se na solidão em “Concepção de programa de Ensino para enfrentar o isolamento e a sensação de não pertencimento em cursos superiores de EaD”.

No México, como em muitos países, a Educação Superior é estratificada por qualidade e prestígio. Gabriela Baltodano-García, Oswaldo Cordero e Victor Cancino realizaram uma “*Análisis estructural de variables influyentes en el desempeño de instituciones de Educación Superior públicas estatales de México*”. Lições a anotar, como nos demais trabalhos.

Anna Bagirova, Daniil Sandler e Alexey Klyuev tratam de uma séria questão, não só restrita à Rússia: o apoio familiar aos jovens nos estudos superiores, em continuidade ao envolvimento na pandemia. A juventude hoje se prolonga, então o que se evidencia na Educação Básica também pode fazer sentido na Educação Superior, como podemos ler em “*Parental involvement in Higher Education: trend or post-pandemic syndrome?*”.

Em prosseguimento, Olga Oliinyk, Nadiya Bevz, Igor Shuliakov e Inna Derevianko examinam as necessidades de estudantes internamente refugiados em tempos de guerra na Ucrânia, uma triste realidade. Seu foco se volta para “*Adaptation of foreign language courses to the needs of internally displaced persons in conflict conditions*”.

A continuidade dos estudos superiores até ao seu final é o coroamento dos esforços de múltiplos atores. Assim é que Antônio Uchôa Júnior, Ana Cristina Maia e Jair de Araujo avaliam o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) em “Avaliação da política de permanência dos discentes nos cursos de Ciências Agrárias no Brasil”.

Focalizando a Europa, Jennifer Silva, Alexandre Ventura e Diana Oliveira nos oferecem “Avaliação externa das escolas e sua relação com políticas e práticas inclusivas: uma revisão sistemática da literatura”. Problema controverso é se a avaliação externa das escolas, com maior frequência geradora de competição entre elas, contribui e como contribui para a inclusão das(os) estudantes.

Da Indonésia, país de múltiplas ilhas e múltiplas culturas, nos chegou “*Enhancing civic teachers’ multicultural competence through Servqual in professional Education*”, por Jawatir Pardosi e Suryaningsi”.

Last but not least, uma contribuição de Ruben Klein e Thales Ricarte ao aperfeiçoamento da avaliação: “Calibração com parâmetros de itens fixos”, tendo em vista um modelo da Teoria de Resposta ao Item (TRI).

Por se tratar de diferenças, contamos o número de autoras e autores e encontramos quase paridade de gênero, o que sugere, neste pequeno universo, que a Educação, às vezes, não se situa entre os chamados currículos cor-de-rosa – em vez de azuis. Assim, se sugere a revolução feminina silenciosa a que aludem Baudelot e Establet (2006). Ainda assim, as meninas e mulheres continuam a estudar mais e ganhar menos (Périer, 2023).

Como em cada número da “Ensaio”, se reúnem trabalhos que são frutos de talentos. Alguém chegou a indagar por que, tendo uma pesquisa educacional tão ampla e diversificada, a Educação no Brasil não alcança o mesmo nível. Na verdade, a pesquisa abre horizontes e busca construir pontes com as ações. Entretanto, as decisões são apenas influenciadas, às vezes de muito longe, pela pesquisa. Pela complexidade da Educação, pelas suas variadas faces e implicações, não seria bom que uma “república de sábios”, como as(os) pesquisadoras(es) por si sós, tomasse as decisões. Não estamos em busca da cidade perfeita, como Platão. Todavia, as pontes, sem muros divisórios, abrem o caminho para o diálogo. Este constrói, enquanto os conflitos e disputas roubam a oportunidade de se chegar a algum porto. Eis porque Minou Drouet, citada na epígrafe, aos oito anos de idade, depois de um grave aborrecimento, temia tornar-se uma abominável pessoa adulta, capaz de tomar decisões insensíveis, como a de considerar humanos como coisas. Para isso, é preciso manter acesas as chamas da indignação e da esperança, de conhecer a realidade, mas não a aceitar como é, e, sim, ter horizontes amplos para atingir. Alguém que na História muito lutou pela liberdade e os direitos humanos, Stéphane Hessel, escreveu:

[...] [D]ans ce monde, il y a des choses insupportables. Pour le voir, il faut bien regarder, chercher. Je dis aux jeunes: cherchez un peu, vous allez trouver. La pire des attitudes est l'indifférence, dire « je n'y peux rien, je me débrouille ». En vous comportant ainsi, vous perdez l'une des composantes essentielles qui font l'humain. Une des composantes indispensables: la faculté d'indignation et l'engagement qui en est la conséquence (2013, p. 8)².

² Tradução livre: “[...] Neste mundo há coisas insuportáveis. Para vê-las, e preciso olhar bem, procurar. Digo aos jovens: procurem um pouco, vocês acharão. A pior atitude é a indiferença, dizer “não posso fazer nada quanto a isso, deixo de lado”. Assim se comportando, vocês perdem um dos componentes essenciais que formam o humano. Um dos componentes indispensáveis: a capacidade de indignação e de engajamento, que é a sua consequência”.

Referências

BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. *Allez les filles! Une révolutions silencieuse*. Paris: Éditions du Seuil, 2006.

DROUET, M. *Arbre, mon ami*. Paris: Juillard, 1956.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 84. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, C. A.; CARDOSO, J. C. Jeux de miroirs: l'Europe et l'Amérique Latine dans la dé-colonisation. *População e Sociedade*, Porto, v. 42, p. 106-118, dez. 2024. <https://doi.org/10.52224/21845263/rev42a8>

HESSEL, S. *Indignez-vous!* 16. ed. Montpellier: Indigène, 2013.

MUSSO, P. *Le temps de l'État-Entreprise*. Paris: Fayard, 2019.

MONBIOT, G.; HUTCHINSON, P. *The invisible doctrine: the secret history of neoliberalism (& How it came to control your life)*. Dublin: Penguin, 2024.

PÉRIVIER, H. *A economia feminista: por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2023.



Informações sobre o autor

Cândido Alberto Gomes: Doutor em Educação pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, EUA. Professor de Educação e Diretor do Centro de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento do Instituto Europeu de Estudos Superiores, Fafe, Portugal. Contato: candidoacg@gmail.com